UM ESTUDO DE CASO ACERCA DOS REFLEXOS NO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE ITAPEVA-SP, PELA NÃO OBSERVÂNCIA DAS DIRETRIZES DO PLANO DIRETOR DURANTE A ELABORAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PAPP

Autor(res)

Juliane De Cássia Silveira Camargo

Categoria do Trabalho

Pesquisa

Instituição

ANHANGUERA - ITAPEVA

Introdução

Considerando a grande relevância política das cidades, fato esse reconhecido nos acordos globais, é imperioso que seja debatido no âmbito acadêmico a contribuição dos planos diretores para o desenvolvimento das cidades (Espíndola, 2020). Em que pese o fato da obrigatoriedade da elaboração do Plano Plurianual - PPA já contar com mais de trinta anos, esse importante instrumento encontra-se ameaçado de extinção, pois, que vem sendo desprestigiado por sucessivos governos (Paulo, 2021). o Plano Plurianual é uma peça fundamental para que se promova as ações previstas no plano de desenvolvimento urbano, que demandam grande aporte de recursos públicos (Pereira, 2017).

É de suma importância identificar se de fato as peças orçamentárias municipais estão articuladas e permitem a execução das diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor Municipal, conforme estabelecido pelo Estatuto da Cidade (Pereira, 2017).O Plano Plurianual é a peça orçamentária mais próxima ao planejamento de políticas públicas, especialmente no tocante ao Planejamento Urbano. O Plano Diretor pode ser compreendido como um plano de ação a ser seguido pelo gestor e pela sociedade, cujo objetivo primordial é o enfrentamento das principais dificuldades enfrentadas pelas cidades, que são aqueles problemas diagnosticados, a partir do estudo da realidade local de cada Município. Esse plano de ação tem o condão de balizar o direcionamento dos investimentos e ações do poder público (Buba 2019). O Plano Plurianual é a peça orçamentária mais próxima ao planejamento de políticas públicas, especialmente no tocante ao Planejamento Urbano.

Objetivo

objetivo geral analisar a articulação entre o Plano Diretor (Lei nº 2.499/2006) e os planos plurianuais aprovados nos mandatos subsequentes nos últimos 10 (dez) anos.

objetivos específicos: identificar as metas propostas no Plano Diretor de Itapeva-SP e a presença ou não de indicadores; Avaliar a adequação das diretrizes do Plano Diretor à legislação municipal nas diversas áreas.

Material e Métodos

A pesquisa adota abordagem qualitativa e descritiva, utilizando o método de estudo de caso (Yin, 2015). Foram analisados documentos oficiais (leis municipais, relatórios, portal da transparência e dados do IBGE), além de relatórios do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP). O município de Itapeva-SP possui cerca de 90 mil habitantes e orçamento de mais de R$ 500 milhões (2024), sendo classificado como município de pequeno porte, mas com significativa arrecadação.

Resultados e Discussão

É evidente a negligência da Administração municipal ao deixar de atender os requisitos mínimos legais para a elaboração do planejamento, contrariando inclusive as diretrizes previstas no Estatuto da Cidade, que é uma norma que ressalta a importância do planejamento urbano para assegurar que as cidades se tornem mais justas, equilibradas e sustentáveis. O plano diretor, deveria servir de base para a elaboração dos planos plurianuais, no entanto, pelos documentos analisados, vê-se que apenas replicaram as premissas e diretrizes citadas no próprio Estatuto da Cidade, mas sem prever de fato quais as metas a serem atingidas no âmbito municipal relativas ao planejamento urbano, sequer considerando as reais necessidades locais. A integração entre o Plano Plurianual e o Plano Diretor do Município é fundamental para garantir que os investimentos públicos, previstos no planejamento orçamentário, estejam alinhados às diretrizes de desenvolvimento urbano do município. Sem essa harmonização, o PPA pode prever ações e investimentos em áreas que não correspondem às prioridades definidas no PDM, resultando em desperdício de recursos e políticas urbanas fragmentadas.

Conclusão

O presente estudo de caso realizado no Município de Itapeva -SP, demonstrou que mesmo com o advento do Plano Diretor – Lei nº 2.499/2006, não houve a integração efetiva com os demais instrumentos de planejamento, especialmente os planos plurianuais publicados nos mandatos subsequentes. Não obstante, o plano diretor da cidade de Itapeva, permaneceu por mais de 18 anos sem revisão e atualização, mesmo sendo essa uma exigência prevista no Estatuto da Cidade, a revisão decenal, dos planos diretores, o que demonstra, a negligência da Administração com os processos de planejamento urbano.

Referências

BUBA, A.M. Construindo a Relação entre Planejamento Orçamentário e Plano Diretor. MPC-PR. 2019. Disponível em: < https://www.revista.mpc.pr.gov.br/index.php/RMPCPR/article/view/27/25> Acesso em: 29.set.2025.

ESPÍNDOLA, I. B.; RIBEIRO, W. C. Cidades e mudanças climáticas: desafios para os planos diretores municipais brasileiros. Cadernos Metrópole, v. 22, n. 48, p. 365–396, maio 2020. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/cm/a/ZY47nWVQJfMfCFcx7Q9hywn/abstract/?lang=pt> Acesso em: 20.set.2025.

PAULO, L. F. A.; A encruzilhada do Plano Plurianual: entre a extinção e o fortalecimento. 2021. Disponível em: < https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10576> Acesso em 29.set.2025.

PEREIRA, E. M.; Como anda a participação? As condições para a elaboração de planos diretores participativos. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 19, n. 2, p. 235–250, maio 2017. Disponível em: < https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5380> Acesso em: 29.set.2025.